

DOSSIÊ

ISTS, HIV/AIDS, GÊNERO E SEXUALIDADES: VIVÊNCIAS, ASSUJEITAMENTOS E POLITIZAÇÕES

Iniciamos a apresentação deste dossiê lembrando que há apenas três anos se completaram 40 anos da epidemia de HIV/Aids e que, naquela ocasião, o Brasil passava por “um momento de singular tensão, dor e indignação perante a proposital inação oficial frente à pandemia de Covid-19” (Cárdenas, 2022). Houve também um acirramento, sem precedentes, do estigma contra as pessoas vivendo com HIV e Aids (PVHA) a partir de narrativas públicas do então presidente da república, e da transfiguração das estruturas programáticas de enfrentamento à Aids, que incluíram significativas reduções orçamentárias destinadas à aquisição de medicamentos para a Aids, infecções sexualmente transmissíveis e hepatites virais. O cenário hoje é outro, tanto do ponto de vista do enquadramento político como no que se refere à situação de saúde global, mas as complexidades que envolvem o HIV/Aids ainda permanecem, demandando respostas desde as várias áreas do conhecimento, com destaque aos estudos de gênero e sexualidade, centrais para o desvendamento das dimensões sociais, simbólicas e políticas do HIV/Aids desde o início da epidemia.

Sabemos que os efeitos individuais e coletivos da Covid-19 ainda são incomensuráveis. Mas nos alinhamos à leitura de que, na agenda global, a força da dimensão política do HIV/Aids foi deslocada pela pauta climática e pelo potencial emergência de novas pandemias, sendo necessária uma reorganização nas alianças entre diversos atores

Mónica Franch

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Produtividade do CNPq. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: monicafrench@gmail.com. Orcid: 0000-0003-3845-3841.

Claudia Mora

Doutora em Saúde Pública. Bolsista Prociência (FAPERJ-UERJ). Professora associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Departamento de Políticas e Instituições de Saúde. Coordena o Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) desde 2022. E-mail: claudiamoraca@gmail.com. Orcid: 0000-0003-4854-3429

Ivia Maksud

Cientista Social, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher. Cientista do Nosso Estado Faperj. Orcid: 0000-0002-3465-151X. Email: ivia.maksud@fiocruz.br

Luís Felipe Rios

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: luis.rnascimento@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0767-7845>.

Lírio Ferreira do Nascimento

Ativista no movimento social de AIDS, psicólogo de formação (UFRN), mestrando em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cofundador da Loka de Efavirenz. E-mail: psi.nascimento177168@gmail.com Orcid: 0009-0000-8934-3162

e suas reivindicações, especialmente aquelas que objetivam a justiça social (Parker, comunicação pessoal). Essas reconfigurações, no contexto de ‘overlapping crises’, decerto serão objeto de reflexão e análise no médio e longo prazo, particularmente se levarmos em consideração o estrangulamento do apoio internacional para a resposta à Aids e a redução de recursos para pesquisas por parte do governo Trump. Não por acaso, essas medidas inauguraram o início do segundo mandato do presidente norte-americano em 2025, junto com o banimento de direitos civis da população LGBTQIAP+, mulheres e migrantes (Galvão et al., 2025).

Além do cenário acima descrito, as possibilidades e limites das pesquisas e produções artísticas em torno das sexualidades (tecnologias digitais), e a renovação de pânico morais e necropolítica são processos que configuram uma agenda de pesquisa cara a nós enquanto pesquisadores e pesquisadoras.

O escopo do dossiê que aqui apresentamos aposta numa possível ressexualização e repolitização da Aids, tendo em vista o panorama mais recente da agenda dos direitos humanos e da sexualidade na América Latina (Pecheny, 2025). No referido balanço é observado como o aborto e a própria Aids foram sendo construídos publicamente como ‘problemas de saúde pública’ com distintos efeitos. Não há dúvidas de que a biomedicalização da resposta ao HIV/Aids, apesar dos avanços que isto representa em termos da evitação de novas infecções, bem como o erosionamento de recursos para terceiro setor, abonaram o terreno para uma despolitização da Aids na década mais recente (Cueto e López, 2023).

Cumpram também lembrar que o conservadorismo e sua insistência em hierarquizar e eliminar as expressões sexuais tidas como dissidentes (Arbuet e Soforza, 2020) e a ofensiva antifeminista (Beleli, 2022), em escala internacional, nacional e regional, vem propiciando a eliminação da educação sexual baseada nos direitos humanos (Paiva, Antunes e Sanchez, 2020; Franch e Rios, 2020) e possivelmente inibindo a elaboração participativa de campanhas oficiais preventivas, sob uma perspectiva regionalizada, relacional e interseccional (Mora, no prelo). Nesse sentido, reunir análises derivadas de distintas áreas do conhecimento (saúde coletiva, antropologia, comunicação, artes, ciências sociais, psicologia), boa parte delas voltadas para um eixo comum, o de demonstrar como as diferenças se tornam em desigualdades, em especial aquelas baseadas na raça, classe, sexualidade e gênero, significa tornar visíveis caminhos da pesquisa que, a partir deste eixo teórico-empírico contribuem para ressexualizar e repolitizar a epidemia.

Esse conjunto de tendências é o pano de fundo em que se configura o atual momento da epidemia de HIV e Aids no Brasil, com um cenário epidemiológico ainda preocupante. Segundo o boletim epidemiológico de 2024 do Ministério da Saúde, estima-se que um milhão de pessoas viva com o HIV e Aids no Brasil, sendo que 70% são do sexo masculino. Em 2023, foram notificados 46.495 casos de infecção pelo HIV no país, assim houve um aumento de 4,5% quando comparado com os dados de 2022. Desses casos, 63,2% eram de pessoas autodeclaradas negras (49,7% de pardos e 13,5% de pretos), e 53,6% dos casos ocorreram em homens que fazem sexo com homens (HSH). Apesar da queda na mortalidade nos últimos anos, 63% das pessoas que morreram em

2023 eram de raça-cor negra. Esses indicadores expressam o preocupante contexto de desigualdades sociais e em saúde, onde a informação e a prevenção parecem circular de modo restrito, levantando importantes questões acerca dos caminhos para mudança do quadro atual.

Foi em face às complexidades decorrentes do momento atual da epidemia de HIV/aids que nós, organizadoras e organizadores deste dossiê, propusemos um Grupo de Trabalho intitulado “ISTs, HIV/Aids, gênero e sexualidades: vivências, assujeitamentos e politizações” no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, realizado nos dias 29 de julho a 2 de agosto de 2024 na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, cuja ementa foi a base para a chamada do dossiê que ora apresentamos. A proposta do GT no Fazendo Gênero consolida e amplia um esforço colaborativo que teve início no ano de 2013, no Rio de Janeiro, quando lançamos a primeira edição do GT “DSTs, HIV/Aids, política e subjetividades”, no Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), proposta que reapresentamos nas duas edições seguintes do mesmo congresso em Cuiabá (2016) e João Pessoa (2019), e que foi a base de um dossiê anterior publicado na *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana* (Mora et al., 2019) e para uma seção de Debates na revista *Interface* (Paiva, Antunes e Sanchez, 2020; Franch e Rios, 2020; Cárdenas e Maksud, 2020).

Os GTs na Abrasco, o primeiro dossiê e a seção Debates envolveram três pesquisadoras (Claudia Mora, Ivya Maksud e Mónica Franch) e um pesquisador (Luís Felipe Rios) vinculados às seguintes instituições, respectivamente: o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, UERJ; o Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Filgueiras, FIOCRUZ; os Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, UFPB; e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFPE. Para o GT do Fazendo Gênero e para este dossiê juntou-se ao grupo o ativista e pesquisador Lírrio Nascimento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN e um dos fundadores da Loka de Efavirenz, iniciativa de artistas vivendo com HIV atualmente dedicada ao advocacy para cura da Aids. Deste modo, o grupo que organizou este dossiê traz para a discussão um background fundamentado em pesquisas e atuações em ciências humanas da saúde, saúde coletiva, estudos de gênero e sexualidade, que vem contribuindo para o debate sobre a epidemia de HIV/Aids numa perspectiva interseccional e baseada nos Direitos Humanos.

Este dossiê objetivou aglutinar pesquisas, relatos de experiências e produções artísticas com foco no HIV/Aids enquanto fato social, produtor de discursos e de práticas, que regulam e atravessam o gênero e as sexualidades. Abrange, também, as implicações sociais e simbólicas da epidemia, em especial a persistência do estigma e da discriminação na esfera da assistência à saúde e nos espaços de sociabilidade LGBTQIAP+ - on line e presenciais. Cabe ressaltar que a produção de várias pesquisas das quais derivam os manuscritos aqui reunidos foram atravessadas pela pandemia de Covid-19 afetando assim tanto as estratégias metodológicas (Silva e Oliveira Neto,

2025), bem como a própria experiência no plano psicossocial (Cunha, Álvarez e Stochero, 2025).

Tivemos como ponto de partida a expressiva literatura de inspiração socioantropológica sobre as articulações entre Aids, gênero e sexualidade, suas contribuições em termos da visibilização das múltiplas experiências e desafios do viver com HIV, da compreensão dos sentidos atribuídos às diversas identidades e práticas sexuais e suas formas de politização, e, mais recentemente, dos estudos e análises interseccionais que colocam em questão o atravessamento do adoecimento bem como das lacunas na prevenção na população negra, em especial entre os jovens com expressões sexuais e de gênero tidas como dissidentes (De Lorena, 2022). Também levamos em consideração a clássica chave interpretativa das epidemias de significados e seus efeitos em termos da produção e manutenção do estigma e da discriminação (Treichler, 1987; Parker, 2024).

Neste momento em que as políticas de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS têm se caracterizado pelo investimento em ações de cunho biomédico, em detrimento de ações estruturais que promovam e garantam os direitos humanos, somado ao avanço do conservadorismo e da cruzada anti-gênero, apresentamos vários manuscritos que nos permitem compreender e aprofundar as discussões acerca da imbricação entre as esferas do gênero e das sexualidades (suas expressões e regulações), das subjetividades e das políticas sexuais.

Em síntese, os onze artigos que trazemos a lume dizem respeito a três dimensões. A primeira, debruça-se sobre o plano das subjetividades, da saúde mental, do 'arthivismo' e das redes de cuidado em torno do viver com HIV e Aids. A segunda, aborda as articulações entre sociabilidade, sexualidade e estigma, com destaque para as formas de resistência, assujeitamentos, gestão de riscos e produção identitária de sexualidades dissidentes. A terceira parte mobiliza o plano da prevenção e dos direitos sexuais e reprodutivos em distintos contextos (universitário, assistencial, digital), as percepções sociais sobre as políticas públicas, como a Profilaxia Pré Exposição (PrEP) e os atravessamentos de gênero e sexualidade, e silenciamentos relativos às ISTs (sífilis, HPV, hepatites virais) no âmbito da prostituição masculina.

O artigo que abre o dossiê, intitulado "O drama da condição humana nas próprias veias": a saúde mental de jovens vivendo com HIV/Aids e as redes de cuidado psicossocial", traz a perspectiva de cinco ativistas da "velha guarda" em torno de um tema pouco discutido no campo do HIV/Aids: a saúde mental juvenil. Escrito por Claudia Cunha (UERJ), Miguel Andrade Álvarez (UERJ) e Luciane Stochero (FIOCRUZ), o artigo desdobra reflexões sobre a saúde mental a partir de quatro "pistas": a aids e o equilíbrio emocional, a aids e o silêncio, a aids e a totalidade da vida e a aids e a ética do cuidado. As contribuições dos ativistas dão conta de um cenário em que a saúde mental, embora presente programaticamente, é insuficiente enquanto prática no cotidiano do SUS. Já as ações desenvolvidas por redes ativistas funcionam como espaços importantes de acolhimento e suporte dos jovens vivendo com HIV/Aids mas não substituem a necessidade de cuidados especializados profissionalizados e pautados pelo cuidado integral.

Em ““Todo mundo conhece todo mundo”: interioridade e a territorialidade do cuidado em HIV/Aids na atenção básica em Rio Tinto (Paraíba)”, Francisco Paulino de Oliveira Neto (UFPE) e Luziana Marques da Fonseca Silva (UFPB) apresentam uma análise etnográfica multissituada a partir das experiências de cuidado de pessoas que vivem com HIV/Aids na Atenção Básica para discutir o processo de descentralização da atenção em HIV/Aids que vem ocorrendo no Sistema Único de Saúde. Autor e autora discutem densamente as dinâmicas da territorialidade da atenção em HIV/Aids e as narrativas de profissionais de saúde, de gestores e de mulheres vivendo com HIV. Sublinhando o que a literatura do campo vem apontando, chamam atenção que a territorialidade do cuidado em HIV/Aids na Atenção Básica se apresenta como um paradoxo imerso em contradições. Dessa forma, observam o silenciamento em torno do HIV no contexto interiorano e os desafios na implementação e efetivação do cuidado (levando-se em conta a atenção ofertada às pessoas no momento do diagnóstico, o aconselhamento e o acompanhamento na Estratégia de Saúde da Família), vis-à-vis os processos de estigmatização emaranhados entre elementos cotidianos como “interioridade, territorialidade, soropositividade e relações de gênero”. Como os autores apontam, embora a estratégia de descentralização do cuidado às PVHA seja assegurada por diretrizes ministeriais, ela é ressignificada pelas dinâmicas locais que desafiam sua efetividade. O contexto etnográfico discutido no estudo permite um “olhar tanto programático (em nível governamental), quanto epistemológico (em nível antropológico)”, de modo que, por exemplo, a ausência de incentivo de políticas de HIV/Aids voltadas às cidades interioranas coloca-se como um elemento importante a ser destacado.

Em “A po(ética) da aids e seus movimentos em *Blue*, de Derek Jarman”, Flávio Adriano Nantes (UFMS) apresenta um ensaio acerca do discurso estético desse filme. Nantes considera que o cineasta e artista plástico inglês, que vivia com HIV/Aids e morreu em 1994, empreendeu uma poética cinematográfica de vanguarda, insurgindo-se contra o cenário político de seu país para combater o estigma do HIV/Aids. *Blue* é o último filme do cineasta, um filme experimental que apresenta um “longo poema-azul-voz, acerca da vida do diretor narrado por alguns atores e por ele mesmo”. Junto ao discurso biográfico, há outros sons que têm relação com a saúde e o adoecimento, como os ruídos do hospital onde Jarman faz o tratamento contra a Aids, e outros sons ligados à experiência cotidiana, como “cafés, carros nas ruas, chuva”. Para Nantes, embora já bastante debilitado pela doença, o cineasta empreende a estética da vida, a partir de uma perspectiva ética.

No artigo “Assim vivemos agora: Redes de sociabilidade e cuidado diante da epidemia de aids”, Eliza Vianna (USP/IFAL) realiza uma análise histórico-literária do conto homônimo de Susan Sontag (1986), traduzido por Caio Fernando Abreu (1995), e nos mostra que a literatura pode ser compreendida como uma fonte histórica capaz de revelar experiências, sensibilidades e modos de resistência de uma época. A autora sustenta que as redes de afeto e solidariedade LGBTQIAPN+ constituíram formas fundamentais de cuidado e enfrentamento durante as primeiras décadas da epidemia, configurando uma verdadeira ética coletiva diante do adoecimento e do estigma.

Essa leitura ressoa com práticas contemporâneas de mobilização e criação, como as de coletivos artísticos de pessoas vivendo com HIV/Aids e, mais recentemente, com o programa Day With(out) Art 2023 “Everyone I Know Is Sick”, da Visual AIDS, que atualiza o debate ao propor que a experiência da doença permanece compartilhada, interdependente e estética. Ao articular arte, história e cuidado, o artigo de Vianna evidencia que as respostas à Aids devem estar alinhadas à defesa da liberdade sexual e da dignidade das existências dissidentes, uma construção que se sustenta, antes de tudo, nas redes de afeto e solidariedade que emergem das próprias comunidades.

Articulando as chaves analíticas da sociabilidade, da sexualidade e do estigma, o manuscrito ““Padrãozinho com alma de poc”: Desejabilidade sexual entre homens que fazem sexo com homens e vulnerabilidade ao HIV/Aids na Região Metropolitana do Recife”, de Ingrid Vitória Maciel de Melo Silva (UFPE) e Luís Felipe Rios (UFPE), apresenta os resultados de uma análise etnográfica com olhar interseccional realizada entre 2019 e 2022. Cumpre valorizar que o estudo integra uma sequência de pesquisas realizadas há mais de dez anos, que buscam desvendar como nos espaços de homosociabilidade na Região Metropolitana do Recife se negociam e constroem “tipos ideais” e estilizações corporais que conjugam marcas raciais, de classe e de gênero. Essas rotulações produzidas nos encontros erótico-afetivos modulam emoções (ex. confiança-desconfiança) e contribuem para a tomada de decisões relativas às práticas sexuais e de proteção. Atributos como a feminilidade e a racialidade parecem ser alvo de hierarquização e tensionamento tendo como referência a estilização corporal do “boy padrão”. Além de serem esboçados traços discriminatórios nessas classificações, a pesquisa demonstra como a determinadas marcas estéticas e de classe articuladas ao embranquecimento lhes são conferidos o atributo de ‘pureza’, recriando assim a clássica tensão entre ‘pureza e perigo’ elaborada pela antropóloga Mary Douglas. Levando em consideração que a epidemia de HIV no país vem atingindo homens, principalmente adolescentes e jovens, com práticas homoeróticas, desvendar os contextos de vulnerabilidade levando em consideração as especificidades locais torna-se um exercício urgente e de fôlego, como demonstrado pelos autores.

Em “Swipeando o estigma: algoritmos, interseccionalidades, sexualidades dissidentes e a epistemopolítica do hiv nos aplicativos de encontros”, Ana Beatriz Pereira Reis (UFU) e Cíntia Rodrigues de Oliveira (UFU) analisam os aplicativos de encontros como espaços de sociabilidade, considerando que eles são, na contemporaneidade, centrais para o estabelecimento de vínculos afetivo-sexuais, sobretudo entre pessoas LGBTQIAPN+ . Em sua análise, fundamentada por autores como Michel Foucault, Achille Mbembe e Judith Butler, as autoras mostram que, embora sejam apresentados como espaços de liberdade e diversidade, os aplicativos operam como “dispositivos algorítmicos que codificam o desejo, hierarquizam os corpos e silenciam dissidências”, sendo essa repetição de normas performativas produtora ela mesma de corpos e desejos específicos. Os aplicativos podem reproduzir preconceitos estruturais, produzindo normatividades, ainda que também possam significar produção de práticas de resistência.

No escopo das contribuições do dossiê, o deslocamento de olhar para as práticas de saúde, enquanto práticas culturais, é abordado de modo singular por Luciana Miranda (Faculdade Souza Marques-RJ/Ministério da Saúde) e Ivia Maksud (FIOCRUZ) no manuscrito “Tensões e disputas sobre a doação de sangue LGBTQIAPN+: violência simbólica nos espaços de saúde”. O artigo mobiliza a perspectiva bourdesiana da ‘violência simbólica’ para demonstrar os sutis mecanismos de discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero na cena da doação de sangue no Brasil. Os resultados apresentados pelas autoras levantam novas questões sobre uma possível mudança nos *habitus profissionais* após a revogação de uma legislação que, de forma direta, discriminava pessoas declaradas ou tidas como LGBTQIA+. Na análise, torna-se evidente como ainda a operacionalização do conceito de risco acaba criando subterfúgios para segregar, classificar e moralizar sujeitos, muito possivelmente gerando danos ao principal objetivo da doação de sangue. A despeito do advocacy pela revogação da legislação anterior à pandemia da Covid 19, empreendida especialmente pelo ex-deputado federal Jean Wyllys, apenas foi revogada pela sua inconstitucionalidade em 2020. A densidade deste trabalho também é marcada pelo exercício de reflexividade, visto que sua autora principal reflete sobre seu lugar como profissional de saúde e seus estranhamentos perante as práticas e relatos de discriminação.

No que tange às contribuições acerca das percepções sociais sobre as políticas públicas, o artigo “Prevenção em disputa: PrEP, biopoder e desigualdades na política de HIV no Brasil”, escrito por Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira (FIOCRUZ) e Kátia Lerner (FIOCRUZ), traça uma análise crítica, fortemente ancorada nas ideias de Michel Foucault, entre vários outros autores, do modo como a PrEP vem ganhando centralidade na prevenção ao HIV no Brasil, e seus efeitos correlatos em termos de “normalização da sexualidade, produção de subjetividades e desigualdades de acesso”. Articulando uma análise documental dos PCDTs de 2017, 2022 e 2025, do Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2024 e dos dados de 2018 a 2024 do Painel PrEP, os autores defendem que a PrEP opera como uma “tecnologia clínica de proteção e processo de subjetivação”, que favorece certos sujeitos em detrimento de outros, reforçando, em última instância, desigualdades de raça, classe, gênero e território. Com isso, trazem uma análise que se soma às cada vez mais volumosas críticas à biomedicalização da prevenção no Brasil, e propõem redirecionamentos das políticas preventivas, que incluam de forma efetiva o enfrentamento às desigualdades estruturais, o cuidado integral e a justiça social.

Em “Polifonias: falando sobre HIV/Aids na extensão universitária”, as autoras Lídia Arnaud (UFPB), Marcia Longhi (UFPB) e o autor Akim de Paula (UFPB) refletem sobre o papel da extensão universitária como ferramenta de transformação social diante do estigma, a discriminação e o preconceito relacionados ao HIV/Aids, na chamada “terceira epidemia” (Daniel; Parker, 2018). Logo no início, as autoras e o autor evocam a experiência narrada por Herbert Daniel (2021), em que o diagnóstico é comunicado em “quarenta segundos”, para problematizar a desumanização presente nas práticas biomédicas e revelar o que o autor denomina de “vírus ideológico do pânico e dos preconceitos”, deslocando o olhar da doença para seus efeitos sociais e simbólicos. A

passagem de “quarenta segundos para décadas” torna-se, assim, um movimento que amplia a reflexão do individual ao coletivo, evidenciando a complexidade histórica, política e cultural da epidemia e suas diferentes expressões em cada contexto. Entre as contribuições do texto, destaca-se a defesa de “uma antropologia além dos muros”, que ultrapasse o espaço acadêmico e se comprometa com o diálogo, a escuta e a produção de saberes junto à sociedade. Uma das materializações possíveis dessa perspectiva é o projeto de extensão apresentado no artigo “Falando sobre Aids: debate e informação nas ruas, nas praças, nas redes”, criado na UFPB em 2020 e vinculado ao GRUPESSC – Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura. O projeto, inicialmente virtual, desenvolve ações educativas e culturais por meio das redes sociais e, posteriormente, em espaços públicos, combinando arte, oficinas, literatura e atendimento psicológico gratuito. Articulando ensino, pesquisa e extensão, o Falando sobre Aids se consolida como um dispositivo ético e político de enfrentamento ao estigma, mobilizando afetos, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando o papel da universidade pública como agente ativo na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e solidária. Como concluem as autoras e o autor, com inspiração nas palavras de Herbert Daniel (2021), manter a esperança e praticar a solidariedade seguem sendo atos políticos e terapêuticos essenciais, pois enquanto o “vírus social” do estigma persistir, “ainda há muito a se falar e, sobretudo, a fazer”.

Em “Trabalho sexual, saúde mental e ISTs: A precariedade vital e laboral de homens produtores de conteúdo adulto em plataformas digitais”, Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza (UEPB) discute o trabalho sexual de homens em plataformas digitais, como X, Onlyfans e Privacy, analisando a vulnerabilidade destes em saúde mental e sexual. O trabalho foi um dos produtos da pesquisa para a tese de doutorado do autor, cuja metodologia incluiu análise e monitoramento de redes sociais e plataformas digitais e uma websurvey com 11 homens produtores de conteúdo adulto, maiores de 18 anos e residentes no Brasil. Luiz observou que a imersão neste trabalho muitas vezes ocorre como complementação de renda face à precariedade vital e laboral e pode comprometer a saúde física e mental, incluindo riscos em saúde sexual. Os participantes do estudo estavam cientes do risco à exposição social e sexual, ao preconceito e a discriminação, e do risco de ISTs. Dos 11 participantes, 8 relataram ter sido diagnosticados com alguma IST em algum momento da vida. O acesso a serviços de saúde, a realização de testes frequentes e o uso de PrEP e PEP foram mencionados como medidas de prevenção e cuidado, embora a adesão às últimas seja baixa. Sintomas como ansiedade, medo, preocupação e estresse também foram relatados, expressando o agravamento à saúde mental decorrente do trabalho realizado. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas focalizadas na proteção social, incluindo a promoção da saúde, dos homens trabalhadores sexuais.

Por fim, encerrando o dossiê e abrindo questões chave na esfera da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos no campo da saúde, apresentamos o manuscrito “Atenção à saúde sexual e reprodutiva entre jovens em uma favela carioca: qual o lugar da Aids?”, escrito por Mariana Teixeira Barroso (FIOCRUZ) e Simone Monteiro (FIOCRUZ), que analisa a visão das/os trabalhadoras/es de uma Unidade Básica de

Saúde (UBS) de numa favela carioca sobre as ações de saúde sexual e reprodutiva com jovens moradores/ras. De caráter etnográfico, a pesquisa envolveu observação direta na UBS durante 6 meses, entrevistas com os/as trabalhadores/as do serviço e conversas informais com usuárias jovens. Os resultados apontam para a escassez de ações de prevenção às ISTs, não havendo, por exemplo, divulgação das profilaxias pré-exposição e pós-exposição ao HIV. A maioria dos serviços ofertados para as mulheres é relacionada à reprodução e a procura das mulheres jovens se concentra na contracepção hormonal, teste para gravidez e pré-natal. A frequência dos homens jovens ao serviço é mínima. Conforme as autoras, a despeito dos limites impostos e do atual silêncio do debate público sobre a Aids, é preciso avançar nas ações de prevenção e cuidado sobre sexualidade e reprodução para os/as jovens, em articulação com outros dispositivos do território. As experiências exitosas, como a clínica itinerante e a Rede de Adolescentes e Jovens Promotores de Saúde (Tasca *et al.*, 2020), promovidos pelo governo municipal do Rio de Janeiro, representam alternativas viáveis.

Agradecemos imensamente ao conjunto de pareceristas que contribuíram com a sua leitura cuidadosa, crítica e colaborativa para o aprimoramento do conjunto de textos que compõem o dossiê.

Referências

ARBUET, Camila; SOFORZA, Sofia. Microfascismos? Sexualidades, fake news y nuevas derechas (Trump-Bolsonaro). *Revista Sociedad*, No 39 (noviembre 2019 a abril de 2020). Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/revistasociedad/article/view/5092>. Acesso em: 08/11/2026.

BELELI, Iara. Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio*. *Sex, Salud Soc (Rio J)* [Internet]. 2022;(38):e22311. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/YpDqWQpvxTqZV3cZD6LfBLr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30/10/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico Aids e IST*. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais. Brasília, dezembro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf/view Acesso em: 10/09/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDSe Hepatites Virais. *Boletim epidemiológico HIV/AIDS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: www.aids.gov.br/publicacao/2015/boletim-epidemiologico-aids-e-dst-2015 Acesso em: 09/11/2025

CÁRDENAS, Claudia M.. (2022). 40 anos de epidemia de HIV/Aids: reconfigurações de uma agenda político-acadêmica. *Physis: Revista De Saúde*

Coletiva, 32(4), e320400. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physics/a/JmMBxjYYr39p57MRJS8MBDd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11/09/2025.

CÁRDENAS, Claudia M.; MAKSUD, Ivía. Juventude, sexualidade, religião: questões atuais de pesquisa no campo do HIV/Aids. *Interface*. 2020; 24: e190751; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/JFttbdTSdXrPwznFtX9bfmK/?lang=pt>. Acesso em: 17/11/2025.

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. *Uma história global e brasileira da Aids, 1986-2021*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids : a terceira epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DANIEL, Herbert. *Vida antes da morte*. 4. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

DE LORENA, Allan. *Sem Perreco: a prevenção do HIV em fluxos, festas e bailes funks*. São Paulo: Ed Hucitec, 2022.

FRANCH, Mónica; RIOS, Luís Felipe. O direito à prevenção da Aids: nas escolas, nos serviços de saúde e alhures. *Interface*, 2020; 24: e190750. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CBFyjBNFRGH6PM5ZFgfjqrn/?lang=pt> Acesso em: 31/10/2025.

GALVÃO, Jane; TERTO, Veriano; PARKER, Richard. HIV: A trágica mas previsível crise mundial de recursos <https://agenciaaids.com.br/artigos/hiv-a-tragica-mas-previsivel-crise-mundial-de-recursos/>. Acesso em: 31/10/2025

MORA, Claudia. *Transformações nas campanhas preventivas HIV/Aids no Brasil na quarta década da epidemia (no prelo)*.

MORA, Claudia; FRANCH, Mónica; MAKSUD, Ivía; RIOS, Luís Felipe. HIV/ Aids, políticas e subjetividades. *Sexualidad, salud y sociedad*, n. 30 - dic. / dez. / dec. 2018 - pp.141-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/nbnQFV9v5fCTTbYmpCCm4P/?lang=pt>. Acesso em: 09/09/2025.

PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ ,Mauro. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, 2020, e180625. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCG/?format=html&lang=pt> Acesso em: 09/09/2025.

PARKER, Richard. Epidemias de significação e políticas de saúde global: Do fim da AIDS ao fim da ampliação da resposta global da AIDS. *Global Public Health*,

v. 19, n. 1, 2386920, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/17441692.2024.2386920?needAccess=true>. Acesso em: 09/09/2025,

PECHENY, Mario. Sexualidade e direitos humanos na América-Latina: um inventário sempre aberto de problematizações. *Sexualidad, Salud Y Sociedad* (Rio De Janeiro), (41), e22307. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2025.41.e22307.a.pt>

Tasca Bianca, Brandão Elaine, Branco Viviane. Protagonismo juvenil: análise do projeto Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde (RAP da Saúde) do município do Rio de Janeiro, na perspectiva de seus participantes. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 4, p. e200070, 2020.

TREICHLER, Paula. AIDS, homophobia and biomedical discourse: An epidemic of signification. *Cult. Stud.* 1987 1 (3):263-305. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3397564.pdf>. Acesso em: 09/11/2025.

JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS (UNAIDS). Global AIDS update. Geneva, 2016. Disponível em: <www.unaids.org/en/resources/.../2016/Global-AIDS-update-2016 Acesso em 09/11/2025